

A ORDO SALUTIS NO ÂMBITO DA DOCTRINA DA SALVAÇÃO CRISTÃ: UMA PERSPECTIVA SOTERIOLOGICA

THE ORDO SALUTIS IN THE SCOPE OF THE DOCTRINE OF CHRISTIAN SALVATION: A
SOTERIOLOGICAL PERSPECTIVE

Edenis Cesar de Oliveira¹

RESUMO: O termo *ordo salutis* foi usado pelos primeiros teólogos reformados modernos para denotar o processo redentivo. A ordem da salvação descreve o processo pelo qual a obra da salvação, realizada em Cristo, é subjetivamente realizada no coração e na vida dos pecadores. Descreve em sua ordem lógica e em suas interrelações, os vários movimentos do Espírito Santo na aplicação da obra da redenção. Cimentado em uma revisão de literatura, o artigo apresenta os conceitos básicos da doutrina, seguindo por suas principais objeções, embora não de forma exaustiva. Na parte final, o texto discorre sobre a *ordo salutis* e a condição humana, sobretudo na perspectiva da teologia reformada com rápidas diferenciações da orientação teológica católico-romana, subsequente a uma síntese conclusiva com destaque para a importância da tradição, máxime a importância dos teólogos piedosos que em muito contribuíram para a elaboração e consolidação das principais doutrinas teológicas.

Palavras-chave: Teologia. Teologia Reformada. Ordo Salutis. Ordem da Salvação. Tradição.

ABSTRACT: the Holy Spirit in applying the work of redemption. Based on a literature review, the article presents the basic concepts of the doctrine, following its main objections, although not exhaustively. In the final part, the text discusses the *ordo salutis* and the human condition, above all from the perspective of reformed theology with rapid differentiation from the Roman Catholic theological orientation, after a concluding synthesis highlighting the importance of tradition, maximally the importance of theologians pious who greatly contributed to the elaboration and consolidation of the main theological doctrines.

Keywords: Theology. Reformed Theology. Ordo Salutis. Order of Salvation. Tradition.

1 INTRODUÇÃO

Ordo salutis como um termo e suas variantes (*salutis ordo*, ordem de salvação), foi usado pelos primeiros teólogos reformados modernos como Heinrich Bullinger (1504-1575),

¹ Doutor em Administração; Professor Efetivo da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar/CCN-LS; Diretor do Centro de Estudos em Organizações Agroindustriais - CeoAGRO/UFSCar. Graduado em Teologia; Pastor na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) de Buri - São Paulo. E-mail: edeniscesar@ufscar.br.

Peter Martyr Vermigli (1499-1562), Girolamo Zanchi (1516-1590) e Augustin Marlorat (1506-1562), para denotar o processo de redenção (FESKO, 2014).

Ferguson (1988) aponta que o termo se originou a partir da propositura de dois teólogos luteranos, Frank Buddeus e Jakobus Karpov, que escreveram entre 1724 e 1739. No entanto, o conceito, possui uma linhagem mais antiga, remontando à pré-Reforma, as tentativas da teologia de relacionar os vários passos experienciais e sacramentais para a salvação. Nesse contexto, a luta pessoal de Lutero pode ser vista como uma busca por uma *Ordo Salutis* verdadeiramente evangélica. Henžel (2009) sustenta que a *ordo salutis* é uma categoria com uma longa história entendida de várias maneiras diferentes. Pode ser definida em um sentido mais amplo como englobando toda a história da salvação divina, começando com o decreto divino eterno seguido pela realização de Cristo, a aplicação do Espírito e culminando na consumação escatológica da salvação. Tornou-se comum defini-la no sentido mais restrito, abrangendo a aplicação histórica da redenção de Cristo a pessoas específicas pelo Espírito Santo.

Vale lembrar que na teologia reformada do início da era moderna (início do século XVI até início do século XVIII), o termo *ordo salutis* não era usado de maneira tão categórica como foi mais tarde, embora outros termos, como a corrente de ouro (*Golden Chain*), tenham sido ordinariamente usados para transmitir a mesma ideia (MULLER, 2012). Malgrado, conforme sustenta Fesko (2014), deve-se ter em mente que o que se concebe conceitualmente como *ordo salutis* é muito semelhante, mas não idêntico, ao que os primeiros teólogos reformados modernos chamavam de corrente dourada.

A ordem da salvação descreve o processo pelo qual a obra da salvação, realizada em Cristo, é subjetivamente realizada no coração e na vida dos pecadores. Descreve em sua ordem lógica e em suas interrelações, os vários movimentos do Espírito Santo na aplicação da obra da redenção (BERKHOF, 1996). Sinteticamente, ela procura responder aos questionamentos que guiaram o monge Martinho Lutero, bem como a Reforma Protestante. As questões propositivas “Como eu encontro um Deus cheio de graça e misericórdia?”; “Como eu obtenho os benefícios da graça adquiridos por Cristo?” levaram o teólogo alemão a se enveredar pela busca de respostas com afinco. Muller (1985) a define como um termo aplicado à ordem temporal de causas e efeitos através dos quais a salvação

do pecador é realizada, reconhecendo que o arranjo real dos vários elementos da *ordo*, ou seja, do chamado, e assim por diante, varia de sistema para sistema.

Os teólogos e especialmente os escolásticos protestantes, apontam para passagens como Romanos 8: 29-30 – “[...] aos que de antemão conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou; e aos que justificou, a esses também glorificou” como uma evidência bíblica (MURRAY, 1955), ênfase que tem sido continuada nos estudos mais contemporâneos. Por outro lado, tem-se observado certo receio com essa abordagem, sobretudo por parte dos teólogos que temem o risco de que essa perspectiva soteriológica seja compreendida sob um enfoque mecânico com estreito parentesco com a filosofia aristotélica, em detrimento de um testemunho escriturístico. Não obstante o fato de essa crítica possuir algum mérito, Wheeler (2017) vê a *ordo salutis* como uma abordagem útil nos dias atuais. Como bem assevera Bavinck (2006), regeneração, fé, conversão, renovação, santificação, e assim sucessivamente, não caracterizam partes constituintes e consecutivas na estrada da salvação, sem embargo, resumem em uma única palavra todo o processo de transformação que ocorre no ser humano e os privilégios outorgados aos eleitos simultaneamente. Por conseguinte, a ênfase não é primariamente cronológica, mas lógica e causal.

Nessa mesma direção caminha o entendimento de Oudtshoorn (2014), segundo o qual a *ordo salutis* deve colocar Cristo como o âmago da salvação, mantendo sua centralidade na esfera de cada um dos seus eventos específicos. Para o autor, cada evento constitui-se numa manifestação do que Cristo fez para obter a salvação, associado a um chamado à fé única e exclusivamente nele. Assim, fé é demonstrada para incluir consenso (concordância) e fidúcia (confiança).

A concepção puritana da *ordo salutis*, de maneira ampla, pode ser descrita como uma expressão teórica de uma divindade prática que fundamentou a busca pela salvação em um conjunto de ocorrências, em última instância remontando ao decreto eterno de eleição e morte expiatória de Cristo, que Deus havia determinado que seria experimentado por cada crente (PARNHAM, 2005); sinteticamente, pode ser compreendida como a aplicação da salvação (GRUDEM, 1994).

O Art. XVII dos “Trinta e Nove Artigos da Igreja da Inglaterra” publicado em 1563, registra que “A predestinação para a vida é o eterno propósito de Deus, pelo qual (antes de lançados os fundamentos do mundo) tem constantemente decretado por seu conselho, a nós oculto, livrar da maldição e condenação os que elegeram em Cristo dentre o gênero humano, e conduzi-los por Cristo à salvação eterna, como vasos feitos para a honra. Por isso os que se acham dotados de um tão excelente benefício de Deus, são chamados segundo o propósito de Deus, por seu Espírito operando em tempo devido; pela graça obedecem à vocação; são justificados gratuitamente; são feitos filhos de Deus por adoção; são criados conforme à imagem de Seu Unigênito Filho Jesus Cristo; vivem religiosamente em boas obras, e enfim chegam, pela misericórdia de Deus, à felicidade eterna”.

As Institutas 3, registram o que se considera os estágios de uma ordem amplamente calvinista de salvação como sendo a eleição, o chamado, a suavização do coração do pecador, o arrependimento junto com a aceitação da fé salvadora em Cristo, a justificação aos olhos de Deus por meio dos méritos de Cristo, a adoção como filho de Deus, o contínuo mortificação e santificação do eu caído (embora agora justificado), perseverança e glorificação na vida após a morte (COUSINS, 2015).

Evidentemente, essas asserções não estão diretamente esboçadas dessa forma na Bíblia. Não obstante, os pressupostos são elaborados e sistematizados tendo como base a primazia dada à Palavra de Deus, vista não como uma comunicação sobre Deus, separado de Deus, mas como o próprio Deus falando com o homem de forma pessoal (TORRANCE, 2000). Nesse sentido, seguramente, pode-se afirmar que a doutrina da *ordo salutis* opera como uma estrutura teológica chave pela qual um amplo espectro de crentes entende sua identidade cristã e comunica sua fé aos não crentes.

O objetivo desse ensaio é discorrer não exaustivamente a partir de uma base teórico-conceitual sobre os principais entendimentos dos teólogos a respeito da doutrina da *ordo salutis*, além de suas objeções mais comumente encontradas na literatura especializada.

O texto encontra-se estruturado da seguinte forma: A seção 1 congrega a introdução à temática proposta. Na seção 2 são apresentadas as contestações ordinariamente publicizadas na literatura especializada. A seção 3 faz uma breve exposição da *ordo salutis* e

sua vertente antropológica. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo, seguida das referências utilizadas na construção do texto ora exposto à crítica pública.

2 Objeções e Críticas à Doutrina da *Ordo Salutis*

Malgrado as concepções teóricas favoráveis, não se pode deixar de afirmar que a doutrina teológica a respeito de como a salvação cristã é apropriada na *práxis*, tem sofrido objeções teológicas. Segundo expõe Oudtshoorn (2014), uma delas é que o *ordo salutis* se limita a sistematizar como um indivíduo pode chegar à salvação. Torrance (1998) atribui à *ordo salutis* a responsabilidade de estar baseada prioritariamente na revelação geral, interpretada em termos legais pela razão natural por meio do *sensus moralis* (significado moral). Por este prisma, uma lei moral, inscrita no coração humano, é pressuposta como o meio necessário para convencer o indivíduo do pecado, uma convicção que, por sua vez, forma a base para o arrependimento por meio do qual a graça e o perdão de Deus podem ser experimentados. Epistemologicamente, esse entendimento pressupõe a primazia da lei e da natureza sobre a graça. Torrance denuncia que a teologia ocidental descreve a revelação e a reconciliação como algo extrínseco ao ato de criação de Deus. Por extrínseco, ele se refere a um modo de comunicação em que a informação é comunicada separadamente do comunicador (OUDTSHOORN, 2014).

Berkouwer (1954) argumentou que a tradição reformada procedeu erroneamente a exegese de Romanos 8: 29-30, considerando-a uma exegese imprópria. Para o autor, se a *ordo salutis* pretendesse ser, de fato, uma linha reta traçada por uma sequência de nexos causais, então, estaria suscetível às mesmas objeções que se tem quanto à concepção da fé como uma fase preparatória que precede a justificação, um conceito católico-romano. Weber (1983) também apresenta impugnação exegética a *ordo salutis* a partir da períclope aludida, postulando que o chamado a salvação do apóstolo Paulo consiste numa série de verbos no aoristo, indicando que todos esses eventos já ocorreram e que, portanto, não pode se referir a fases da vida humana.

Contestatório do ditame é também Karl Barth ao afirmar que a ordem dos capítulos na Confissão de Fé de Westminster (1647) ecoa a *ordo salutis*, que é uma "sequência temporal de processos religiosos" (BARTH, 2002). Ecoa do mesmo modo as críticas de

Pannenberg (1983) e Evans (2008) para os quais a ordem da salvação apresenta supostas incompatibilidades com a união com Cristo, conforme apresentado por Fesko (2014).

Impugna igualmente Venema (2007), que vê a *ordo salutis* como um desvio da ênfase de Calvino sobre a base teológica e cristológica, a fim de compreender a natureza da graça de Deus em nós, limitando a obra do Espírito na salvação ao que acontece para e no crente individual. Nesse processo, a antropologia em vez de cristologia ou teologia torna-se o foco principal dentro da soteriologia.

Mesmo entre teólogos circunscritos ao perímetro da teologia reformada há evidências de que não existe unanimidade consensual a respeito da *ordo salutis* (HOEKEMA, 1989). Para Hoekema (1989), os proponentes das três posições são John Murray (Escócia), Louis Berkhof (Países Baixos) e G. C. Berkouwer (Holanda). Em um extremo encontra-se a posição de Murray, que defende uma robusta *ordo salutis*, que asseverava o fato de a Escritura estabelecer uma ordem definida para a aplicação da redenção; no outro extremo, Berkouwer conjecturava que as Escrituras não ensinavam uma *ordo salutis* definida, e a própria discussão desviou questões de maior preocupação. Berkhof, por sua vez, manteve uma posição hibridizada ou mista, composta por elementos das posições de Murray e Berkouwer. Dessa forma, observou a utilidade de um *ordo salutis*, mas se mostrou incerto em tornar o assunto de suprema relevância.

71

Conscienciosamente, este breve apontamento das críticas à *ordo salutis* não pretende ser exaustivo. Fesko (2014) propõe sintetizá-las em duas categorias mais abrangentes:

- Diferentemente do resultado de uma exegese consciente, a *ordo* é baseada num único texto-prova (Rm 8:29-30);
- A *ordo* é uma sequência temporal de eventos na vida do crente.

Nada obstante, a propositura sistematizadora do autor apresenta algumas incongruências deveras evidentes. Com relação à primeira categoria, entende-se não se sustentar o argumento de que, pelo fato de a *ordo salutis* se basear numa exegese *sui generis*, não esteja minimamente abarcada em critérios escrupulosos.

Muito embora a Bíblia não estabeleça em nenhum lugar de forma explícita tal ordem, o texto de Romanos 8: 29-30 pode ser considerado como uma abordagem peremptória para tal declaração (CAIRNS, 2002). Nesse texto, Murray (1955) vê máxime a vocação, a justificação e a glorificação como a *ordo salutis* paulina. Portanto, embora não

possua todos os elementos comumente sugeridos como pertencentes à *ordo salutis*, o texto em epígrafe apresenta um processo definitivo, lógico e ordenado da atividade redentora de Deus (WEEMS, 2008).

No tocante à segunda afirmação, notadamente quanto à *ordo* ser uma sequência temporal de eventos na vida do cristão, reputa-se um reducionismo semântico que em nada contraria a legitimidade da doutrina, pois como afirma Grudem (1994, p. 669), a *ordo salutis* pode ser corretamente interpretada como "uma lista dos eventos em que Deus aplica a salvação a nós...", ou ainda, o fato de que nenhuma ordem completa de cada evento de aplicação da salvação aos humanos é claramente delineada como um processo passo a passo em qualquer texto bíblico, contudo, tal ordem do "progresso do plano de salvação de Deus" de fato, está claramente apresentado em Romanos 8: 29-30 (MACARTHUR, 1991, p. 494).

Esse discernimento também pode ser encontrado na definição de Muller (1985, p. 215), para quem a doutrina pode ser interpretada como "um termo aplicado à ordem temporal de causas e efeitos através dos quais a salvação do pecador é realizada ...".

Expositivamente, o entendimento proposto pelos autores supra, testemunham a consolidação de uma estrutura que contempla o entendimento basilar e consuetudinário de muitos estudiosos do assunto, a exemplo da primeira citação na seção seguinte, delineada pelo teólogo anglicano.

Em síntese, a maior parte das críticas não compreendeu apropriadamente a *ordo salutis* da era moderna. Um exame mais detalhado evidencia que os primeiros teólogos reformados, asseguradamente, compreenderam o texto do apóstolo Paulo (Rm 8:29-30) muito melhor do que os exegetas e teólogos modernos. A esse respeito, como aponta Webster (2007), parece que a tradição pode ser útil e até mesmo instintiva.

Obviamente que não conforme o entendimento católico-romano que coloca a tradição *pari passu* com as Sagradas Escrituras ou até mesmo acima dela. Quando examinamos a tradição, em última análise lemos a Bíblia de uma forma eclesial e actual, mostrando que a igreja é constituída de pessoas de todos os tempos, da comunidade actual que se estende por toda a história (FESKO, 2014). Nesse caso, continua Fesko (2014), a humildade exige atenção à dispensação soberana dos dons de Cristo evidenciados nos teólogos piedosos que ele deu à Igreja. Fazendo isso, talvez seja possível um despojamento

da ignorância e do erro, a partir do sopro da brisa fresca da tradição nas mentes, trazendo à memória verdades há muito esquecidas.

Este é certamente o caso de Romanos 8: 29-30 e da *ordo salutis*. A tradição não é infalível e está sempre sujeita à autoridade das Escrituras. Mas quando se trata de tradição, talvez nosso papel não seja normalmente o de crítico e professor, mas sim o de aluno e ouvinte.

3 A Ordo Salutis e a Condição Humana

A *ordo salutis* se refere a uma sequência temporal dos eventos que intercorrem desde o instante em que o indivíduo se encontra fora da comunidade do povo de Deus, aferrolhado à idolatria e decorrente transgressão, até o momento em que esse mesmo indivíduo antanho pecador é cabal e conclusivamente salvo (WRIGHT, 2006). Ferguson (1988), entende que a *ordo salutis* responde a uma pergunta crucial: De que forma a regeneração, a fé, o arrependimento, a justificação, a santificação e a glorificação se relacionam entre si?

Deslindando didaticamente a questão da *ordo salutis*, Grudem (2000, p. 580) propõe uma sequência dos processos que começa com a eleição do crente (Tabela 1).

Tabela 1: Descrição dos Processos componentes da *ordo salutis*

nº	Processos	Descrição
1	Eleição	Deus escolhe as pessoas a serem salvas
2	Chamado do Evangelho	Proclamação da mensagem do evangelho
3	Regeneração	Nascer de novo
4	Fé e Arrependimento	Conversão
5	Justificação	Declaração de Inculpabilidade
6	Adoção	Membro da família de Deus-Pai
7	Santificação	Conduta correta na vida
8	Perseverança	Permanecer como cristão
9	Morte	Morte física e início da vida eterna
10	Glorificação	Corpo glorificado

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Grudem (2000).

Deve-se salientar que os processos 2 a 6 e parte da 7 estão todos incluídos no ato de "se tornar um cristão." Os processos 7 e 8 ocorrem durante a vida do crente; o 9 ocorre no final de sua vida e, por fim, o número 10 ocorre na segunda vinda de Cristo (GRUDEM, 2000). Convém esclarecer que antes da Reforma, a justificação (processo 5) e a santificação (processo 7) não eram claramente distinguidas. A justificação era, com efeito, dependente em parte de uma obra anterior de santificação. Os reformadores reordenaram esse entendimento ao proporem distintamente a separação dessas obras da graça, de modo que a justificação se tornou inteiramente dependente da justiça imputada de Cristo. O homem responde a este exemplo da graça de Deus pela fé. A obra de santificação segue adiante. Todavia, a condição é de *simul justus et peccator* (simultaneamente justo e pecador), fórmula que, segundo Hampson (2004) encapsula a estrutura do pensamento luterano. A formulação de Lutero se constitui numa drástica, porém, familiar descrição agostiniana de um cristão completo que vive tensionado entre o fato de que sua libertação do pecado ainda não é final e completa, ao passo que é decisiva e irrevogável, indubitavelmente! Nesse sentido, enquanto o homem é justificado, ele sempre permanece um pecador (ROBINSON, 1983). O *ordo salutis* protestante é, portanto, a justificação seguida pela santificação, ao passo que a ordem católica é o oposto disso.

McGowan (2006) pondera que no âmbito da teologia reformada, o desenvolvimento de uma *ordo salutis* envolveu três argumentos principais. Primeiro, foi reconhecido que Deus toma a iniciativa na salvação e que ele o faz por meio de sua Palavra e de seu Espírito. Segundo, a *ordo salutis* foi desenvolvida de forma a dar a expressão adequada à teologia calvinista e seu entendimento da aplicação da salvação. Terceiro, era claramente entendido que a *ordo salutis* deve ser responsável pelos dois problemas que os seres humanos decaídos enfrentam, a saber, seu relacionamento rompido com Deus e sua condição pecaminosa e poluída. Assim, na *ordo salutis*, as várias doutrinas foram divididas em dois grupos: as que descrevem a mudança na relação do pecador com Deus e as que descrevem a renovação da condição humana.

O estado da condição humana constitui matéria crítica para a *ordo salutis*. No campo da moral, o pelagianismo postula que o homem está bem; o semipelagianismo diz que o homem está doente, enquanto o agostinianismo assevera que ele está morto. Assim, se o homem está moralmente bem ou parcialmente alquebrado, há que cooperar com a graça de

Deus para salvar a si mesmo (preceito do Catolicismo Romano). Todavia, se o homem está morto em delitos e pecados (Efésios 2.1-3, 12), corrompido e debilitado em sua totalidade, não lhe é possível participar minimamente desse processo, decretada, então, sua total inabilidade de auto salvação. Isto posto, reitera-se o caráter monergístico da salvação, no sentido de que Deus e somente Deus toma a iniciativa de salvar, concedendo vida espiritual (WHEELER, 2017).

A propositura de Ickert (1987) sobre essa questão é bastante válida ao postular que sobre a questão do pecado e da graça, circunscrição mais ampla norteou o debate teológico no que diz respeito à adequada relação entre pecado, graça e livre arbítrio. O prisma agostiniano matizou o desenvolvimento da teologia medieval. Muito embora seja convencionalmente reconhecido que as capacidades humanas não foram eliminadas, nada obstante extremamente debilitada pelo pecado, a graça como favor imerecido, fruto da generosidade divina, foi cabal e altamente apreendida como indeclinável à salvação.

Por conseguinte, esses contornos possibilitaram uma ampla gama de opinião teológica sobre a precisão do escopo e a eficácia das obras humanas. Havia, por assim dizer, uma mudança constante entre teologias enfatizando a soberania de Deus e a necessidade da graça, incluindo até mesmo os aspectos da eleição e predestinação, por um lado, e teologias que elevavam a liberdade e o mérito humanos, por outro (ICKERT, 1987). O próprio significado de “eleição” é extremamente debatido; da mesma forma, a questão de até que ponto um indivíduo pode trabalhar cooperativamente, ou se pode simplesmente repudiar, a “eleição” de Deus, dilema teórico que culmina, como proposto por Lewalski (1979, p. 15), no “paradigma protestante da salvação”.

Mesmo diante dessas abstrações teóricas controversas, com notórias divergências entre os estudiosos da *ordo*, não se pode negar que houve importante avanço no entendimento na concepção da obra salvífica.

Num esforço teórico para apresentar defesa do caminho da salvação sob o prisma originário da teologia wesleyana, Josgrilberg (2003) enfatiza que o caminho da salvação tem relação com a graça de Deus, bem como com a dialética da graça e da responsabilidade humana. A “ordem da salvação” (*ordo salutis*), que implica mais diretamente em nossa experiência e nossa prática, tem mais a ver com a antropologia e a situação humana em toda sua amplitude – e mais profundamente enraíza a teologia no mundo e na realidade –

que uma teologia que coloca a graça como ponto de partida e como um conceito prévio que articula os outros elementos da teologia.

Ora, o chamamento à salvação pressupõe, da parte do homem, estar em um estado de perdição, ou seja, em condições onde só lhe resta ser salvo de uma situação adversa e contrária aos propósitos primevos da criação. Fato é que essa concepção antropológica em nada altera o fato de que somente a graça pode alcançar e dar vida ao homem “morto em seus delitos e pecados” (Efésios 2:1). Pelo contrário, coloca e ajusta o foco naquilo que se sabe ser o entendimento da ortodoxia agostiniana, a saber, que o homem, por si só não é capaz de se salvar, tampouco pode tomar qualquer iniciativa para tal, uma vez que sequer sabe que está espiritualmente morto se isto não lhe for desvendado. Em suma, essa deve ser uma “antropologia teológica”, como aquela que trata a respeito de quem é o homem em sua relação com o Deus Uno e Trino revelado em Cristo (LADARIA, 2007) e, ainda, em conformidade com o entendimento de Cameron (2005) para quem corrobora o entendimento de que a antropologia teológica olha para a experiência humana com uma visão para vislumbrar a glória de Deus, a glória de seu propósito para a humanidade.

Por “antropologia teológica” quer se referir o autor àquele campo da teologia dogmática que trata de quem é o homem escrutinado pela luz de Jesus Cristo por Deus revelado. Para o caso em apreço, é cabível a inteligência de Benzo (1978), para quem a antropologia teológica não pode ser uma reflexão teórica incorpórea e atemporal. Jesus não veio para levantar especulações filosóficas sobre o Ser Supremo (transcendente/imane) ou sobre o humano, e sim para anunciar a salvação e chamar homens específicos à conversão.

Nesse sentido, pode-se inferir o caráter central dessa perspectiva teológica que, em última instância quer dizer, de um lado, o estado em que o homem se encontra, isto é, completamente afastado de Deus pelo pecado; de outro lado, a deliberada manifestação da graça salvadora na pessoa de Jesus Cristo, como mediador entre Deus e o homem, chamando este da morte para a vida, consoante Efésios 2:5 – “e estando nós mortos em nossas transgressões, nos deu vida juntamente com Cristo — pela graça vocês são salvos.”

O Art. 3º do Capítulo Terceiro dos Cânones de Dort que trata exclusivamente sobre “A Total Incapacidade do Homem” assim registra:

[...] todos os homens são concebidos em pecado e nascem como filhos da ira, incapazes de qualquer bem salvador, inclinados para o mal, mortos em pecados e escravos do pecado. Sem a graça do Espírito Santo regenerador não desejam nem poderão retornar a Deus, nem corrigir a sua natureza depravada ou se preparar para essa correção.

A citação apresenta as referências de Efésios 2:1, 3; João 8:34; Romanos 6:16-17; João 3:3-6; Tito 3:5 como fundamentação escriturística.

Isto posto, destaca-se o papel do Espírito Santo na obra redentiva, pois como afirma Wheeler (2017), sendo Deus o autor da salvação, o Espírito Santo é o agente da salvação, unindo o homem à pessoa de Jesus Cristo e aplicando sua obra naquele a quem o Pai quer salvar, o que Bavinck (2006) vai chamar de *applicatio salutis*, ou seja, a aplicação da salvação; e complementa, “assim como o Filho veio para glorificar o Pai, o Espírito Santo, por sua vez, glorifica o Filho. E ele o faz ‘até que todos cheguemos à unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo” em citação direta de Efésios 4:13 (BAVINCK, 2006, p. 572).

4 À Guisa de Conclusão

Como bem enfatiza Fesko (2014) ao se elaborar a aplicação da salvação como ato redentivo, não se deve concebê-la como um ato elementar e impartível; longe disso, há que se engendra-la a partir de uma série de atos e processos. Os mais consensualmente adotados são regeneração, justificação, adoção, santificação e glorificação, visto que ambos apresentam características distintivas e nenhum deles pode ser estabelecido e definido em termos do outro. Nessa acepção, cada um detém o significado que lhe é peculiar, além da atribuição e escopo distintos na plena ação e graça de Deus.

Visto que Deus não é autor, tampouco promotor de ambiguidades e, de maneira oposta, é o agente de todo ordenamento, se impõe concretamente o fato de que há convincentes premissas que permitem considerar que os vários atos de aplicação da salvação, alguns dos quais foram expostos no texto supra, acontecem de maneira descritiva, subjacente uma ordem arquitetada por toda sabedoria e graça divinas (FESKO, 2014).

Enfaticamente, Murray (1955) sentencia que Deus não é o autor da confusão e, portanto, é o autor da ordem. Existem boas e conclusivas razões para pensar que as várias ações de aplicação da redenção, algumas das quais foram mencionadas, ocorrem em uma

certa ordem, e essa ordem foi estabelecida por indicação divina, sabedoria e graça. A *ordo salutis* consiste num esforço de organizar o ensino geral da Bíblia sobre os vários componentes da obra salvadora, esboçando-a em uma ordem sistemática. Ao declarar que a provisão que o próprio Deus fez para a salvação dos homens é notavelmente múltipla, uma vez que esta provisão considera de maneira incontestável a multiplicidade das exiguidades humanas ao mesmo tempo em que manifesta a profusão transbordante da bondade, sabedoria, graça e amor de Deus (MURRAY, 1955), o autor acreditava que o estudo da aplicação da salvação inexoravelmente convergia para o pleno entendimento da magnanimidade de Deus e do desalento dos perdidos, como bem resumiu McLendon (2009).

Nada obstante as dissonâncias teórico-conceituais, fato é que no atual contexto, a *ordo salutis* é de suma importância. Pesa favoravelmente, o fato de que, como entende Vanhoozer (2011), a união com Cristo está sendo apresentada como uma grande panaceia, que tem servido de supedâneo para a proposta ecumênica, além de chave categórica e definitiva para deslindar a soteriologia paulina e erradicar as divisões entre as velhas e novas perspectivas sobre Paulo, bem como aquelas delineadas pelas concepções romana e genebrina.

Dar o devido valor a *ordo salutis*, bem como manter sua posição nos estudos teológicos em geral e na teologia reformada em particular, significa manter o aprendizado primevo dos pais apostólicos, além de reflexos diretos na *práxis* eclesial e vida cristã; outrossim, é na lida e no aprendizado da tradição a nós outorgada que participamos da democracia dos mortos, como bem registrou o escritor londrino G. K. Chesterton (1874-1936) "tradição significa dar votos à mais obscura de todas as classes, nossos ancestrais. É a democracia dos mortos. A tradição se recusa a se submeter à pequena e arrogante oligarquia daqueles que por acaso estão andando por aí (CHESTERTON, 1990, p. 48).

REFERÊNCIAS

BARTH, Karl. *The Theology of the Reformed Confessions*. Louisville: Westminster John Knox, 2002.

BAVINCK, Herman. *Reformed Dogmatics*. vol. 3. Sin and Salvation in Christ. Grand Rapids: Baker Academic, 2006, 566-567.

BENZO, Miguel. **Hombre profano, hombre sagrado** – tratado de antropologia teologica. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1978.

BERKHOF, Louis. **Systematic Theology**. Grand Rapids: Eerdmans, 1996, p. 415-416.

BERKOUWER, Guerrit Cornelis. **Faith and Justification, Studies in Dogmatics**. Grand Rapids: Eerdmans, 1954.

CAIRNS, Alan. **Dictionary of Theological Terms**. Greenville: Ambassador Emerald International, 2002.

CAMERON, Charles. An introduction to Theological Anthropology. **Evangel**, v. 23, n. 2, p. 53-61, 2005.

CÂNONES DE DORT. Capítulo Terceiro, Art. 3º - **Da Total Incapacidade do Homem**. Disponível em: <https://stne.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Os-Canones-de-Dort.pdf>. Acesso em 16 jul. 2021.

CHESTERTON, Gilbert Keith. **Orthodoxy: The Romance of Faith**. New York: Doubleday, 1990.

COUSINS, A. D. Marvell's Religious Dialogues: The Ordo Salutis, Home and Doubleness, **English Studies**, v. 96, n. 2, 139-156, 2015.

EVANS, William, B. **Imputation and Impartation: Union with Christ in American Reformed Theology**. Studies in Christian History and Thought. Colorado Springs, CO: Paternoster, 2008.

FERGUSON, Sinclair B. Ordo Salutis. In: FERGUSON, Sinclair. B.; WRIGHT, D. E. (Eds.). **New Dictionary of Theology**. Leicester: IVP, 1988.

FESKO, John V. Romans 8.29-30 and the question of the Ordo Salutis. **Journal of Reformed Theology**, v. 8, p. 35-60, 2014.

GRUDEM, Wayne. **Systematic Theology: An Introduction to biblical doctrine**. Grand Rapids, Michigan: Zondervan Academic, 1994.

GRUDEM, Wayne. **Systematic Theology: An introduction to Bible Doctrine**. 2nd ed. Grand Rapids, Michigan: Zondervan Academic, 2000. p. 580

HAMPSON, Daphne. **Christian contradictions: The structures of Lutheran and catholic thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HENŽEL, Ján. Perseverance within an ordo salutis. **Tyndale Bulletin**, v. 60, n. 1, p. 127-156, 2009.

HOEKEMA, Anthony A. **Saved by Grace**. Grand Rapids: Eerdmans, 1989.

ICKERT, Scott. Defending and Defining the Ordo Salutis: Jacob van Hoogstraten vs. Martin Luther. **Archiv Für Reformationsgeschichte**, v. 78, n. 1, p. 81-97, 1987.

JOSGRILBERG, Rui. A motivação originária da teologia wesleyana: o caminho da salvação. **Revista Caminhando**, v. 8, n. 2, p. 103-124, 2003.

LADARIA, Luis F. **Introdução à antropologia teológica**. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

LEWALSKI, Barbara Kiefer. **Protestant Poetics and the Seventeenth-Century Religious Lyric**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1979.

MACARTHUR, John. **The MacArthur New Testament Commentary: Romans 1-8**. Chicago: Moody Press, 1991.

MCGOWAN, Andrew Thomson Blake. Justification and the Ordo Salutis. In: MCCORMACK, Bruce L. (Ed.). **Justification in perspective**. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2006. p. 147-163.

MCLENDON, Justin Lee. **The role of justification in the ordo salutis: A comparison and analysis of selected contemporary reformed scholars**. 2009. A Dissertation Submitted to the Doctor of Philosophy Committee of the Mid-America Baptist Theological Seminary. In Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree Doctor of Philosophy in the Department of Theological and Historical Studies. UMI Dissertation Publishing, 2009.

MULLER, Richard A. (Ed.). **Dictionary of Latin and Greek Theological Terms**. Drawn Principally from Protestant Scholastic Theology. Grand Rapids: Baker Book House Company, 1985.

MULLER, Richard A. **Calvin and the Reformed Tradition: Studies on the Work of Christ and the Order of Salvation**. Grand Rapids: Baker, 2012.

MURRAY, John. **Redemption: Accomplished and applied**. Grand Rapids: Eerdmans, 1955, 98-105.

OUDTSHOORN, A. V. Solus, sola: Constructing a Christocentric faith model of the 'ordo salutis'. **Verbum et Ecclesia**, v. 35, n. 1, p. 1-9, 2014.

PANNENBERG, Wolfbart. **Systematic Theology**. 3 vols. Grand Rapids: Eerdmans, 1993.

PARNHAM, David. The humbling of 'High Presumption': Tobias crisp dismantles the puritan ordo salutis. **The Journal of Ecclesiastical History**, v. 56, n. 1, p. 50-74, 2005.

ROBINSON, Douglas. The 'ordo salutis' and charismatic movement. **Churchman**, v. 97, n. 3, p. 232-243, 1983.

TORRANCE, Alan. J. Persons in communion: An essay on trinitarian description and human participation, with special reference to volume one of Karl Barth's Church Dogmatics. **Pro Ecclesia: A Journal of Catholic and Evangelical Theology**, v. 7, n. 3, p. 358-359, 1998.

TORRANCE, Thomas F. The distinctive character of the reformed tradition. **Reformed Review**, v. 54, n. 1, p. 5-16, 2000.

VANHOOZER, Kevin J. Wrighting the wrongs of the reformation? The state of the union with Christ in St. Paul and protestant soteriology. In: PERRIN, Nicholas; HAYS, Richard B. (Eds.). **Jesus, Paul and the People of God: A Theological Dialogue with N.T. Wright**. Downers Grove: InterVarsity Press, 2011.

VENEMA, C. P. **Accepted and renewed in Christ: The twofold grace of God and the interpretation of Calvin's theology**. Vandenhoeck & Ruprecht, Bristol, CT., 2007.

WEBER, Otto. **Foundations for Dogmatics**. 2 vols., trans. Darrell Guder. Grand Rapids: Eerdmans, 1983.

WEBSTER, John. Theologies of retrieval. In: WEBSTER, John; TANNER, Kathryn; TORRANCE, Iain. (Eds.). **The Oxford Handbook of Systematic Theology**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

WEEMS, Reggie. **The Ordo Salutis with Reference to Romans 8:29-30**. A Research Paper Submitted to Dr. Gene L. Jeffries in Partial Fulfillment of the Requirements for the Course Theology II THEO 530, in Liberty Theological Seminary.

WHEELER, Brad. **Conversão e a ordem da salvação (Ordo Salutis)**. Ministério Fiel, 2017. Disponível em: <<https://ministeriofiel.com.br/artigos/conversao-e-a-ordem-da-salvacao-or-do-salutis/>>. Acesso em 09 jul. 2021.

WRIGHT, Nicholas Thomas. New Perspectives on Paul. in Justification. In: McCORMACK, Bruce L. (Ed.). **Perspective: Historical Developments and Contemporary Challenges**. Grand Rapids: Baker, 2006.